

ASFOOC-SN



VI
Congresso
Interno

**Pra
onde
vamos?**



Em duas frentes

O segundo semestre começa com os trabalhadores e a Asfoc-SN tendo de batalhar em duas frentes, que deverão ser tratadas com a mesma atenção. Por um lado se aproxima cada vez mais a realização do VI Congresso Interno da Fiocruz e, com ele, uma série de importantes decisões para o futuro da Instituição e seus trabalhadores. Ao mesmo tempo, seguem as negociações com o Ministério do Planejamento sobre a recomposição das perdas da insalubridade, que continua sendo paga por conta de agravo com decisão liminar conquistada pelo Sindicato, e pela reestruturação e valorização da nossa carreira.

O VI Congresso Interno ocorrerá na semana de 30 de agosto a 3 de setembro e só agora a Fiocruz começa a tomar pé dos importantes temas em discussão. Fica claro também que não existe consenso na instituição sobre os caminhos a serem seguidos pela Fundação. Antes de mais nada, é importante que cada servidor leia, se aproprie dos temas em debate e, a partir das posições apresentadas, decida qual caminho seguirá.

A Asfoc-SN se coloca de maneira crítica às propostas expressas no documento base apresentado pela direção Institucional. Discordamos da visão sobre o papel da Fiocruz para a saúde pública, sua interação com os interesses de mercado e os riscos dessa relação, o excessivo grau de flexibilidade que se busca, a proposta de transformação da Fiocruz em empresa estatal, os riscos dessa transformação para os trabalhadores, dentre outros pontos.

Não podemos negar o crescimento e a complexidade das atividades da Fiocruz nos últimos 20 anos. Por isso, é necessário buscar arranjos institucionais para dar conta dessas mudanças. Com o crescimento, é preciso uma maior inteiração das Unidades e a articulação de suas atividades. Porém, enxergamos mais gargalos na gestão institucional do que no modelo jurídico da Fundação.

É preciso avançar muito no sentido de termos uma gestão mais transparente, com maior responsabilização dos gestores e servidores, com maior participação social nas definições de metas e cobrança de resultados, além de aperfeiçoar as competências gerenciais para dar conta do aparato jurídico que rege todo o serviço público.

Está claro que devemos nos articular com outras instituições da área de ciência e tecnologia, com o intuito de buscarmos alterações na legislação vigente que deem conta da complexa cadeia de pesquisa, desenvolvimento e inovação na qual estamos inseridos. Os problemas que afligem a Fiocruz não são muito diferentes dos muitos institutos de pesquisa e desenvolvimento do Estado brasileiro.

Para nós, a Fiocruz forte, com capacidade de conquistar caráter “especial” junto ao governo e de se tornar prospectora e estratégica para saúde pública brasileira, começa encarando estas questões. Deve ser capaz de buscar soluções não apenas para seus problemas, mas conjuntamente enfrentar as questões que afligem as várias instituições do Estado brasileiro, para que sejam todas capazes de lutar e trazer ganhos com suas atividades para aqueles que mais precisam, a população mais pobre e historicamente excluída em nossa sociedade. É isso que queremos!

Ao mesmo tempo, voltaremos à Mesa com o Ministério do Planejamento, na próxima quinta-feira (22/07), para dar sequência às negociações frustradas pela decisão do Governo de não enviar ao Congresso Nacional, conforme compromisso, instrumento legislativo que traria uma série de ajustes em carreiras de diversas categorias.

No nosso caso, enfrentamos com muita firmeza, e mobilizados, as incongruências e contradições do Planejamento durante todo o processo. Desde a edição da MP 441/08, e devido às mudanças sofridas em nossa carreira por decisão unilateral do Governo, buscamos recuperar questões relativas à nossa gratificação de desempenho e adicional de titulação.

Cumprimos todas as etapas propostas para o processo de negociação. Apresentamos propostas de reestruturação de carreira, de reajuste salarial, participamos de grupos de trabalho, sempre com o compromisso de que teríamos uma proposta aos trabalhadores da Fiocruz.

No meio do caminho, ainda tivemos a decisão do Planejamento de alterar os critérios para concessão dos adicionais de insalubridade, que gerou uma grande perda aos trabalhadores. Depois de muita luta e paralisações, conseguimos, mesmo que tardiamente, convencer a presidência da Fiocruz a lutar pela abertura das negociações para essa questão e reconhecer a significado dessa redução salarial para os servidores. Mais uma vez, o compromisso do Planejamento foi de apresentar uma proposta via reestruturação. Todas essas questões deveriam vir através do projeto que ia, mas não foi... uma vergonha!

Ficou claro que a decisão de não enviar o PL se deu depois de uma análise política do governo, que levou em conta o período eleitoral que atravessamos. Preferiu-se evitar o desgaste junto à oposição e à mídia conservadora, não enviando um projeto que traria “gastos” com folha de pessoal. Deixou-se o desgaste para a relação com os servidores.

É importante ficarmos atentos a isso. Logo após essa decisão, oposição e base do governo no Congresso Nacional aprovaram texto reformulando o Código Florestal, que terá como um de seus efeitos, mesmo em ano eleitoral, o perdão de milhões de reais de vários latifundiários e desmatadores. Esses recursos devem ter sido considerados investimento...

É nessa conjuntura, e com um novo compromisso de que o instrumento legislativo irá ao Congresso logo após as eleições, que voltaremos para a Mesa. Há também uma posição favorável do ministro Paulo Bernardo no sentido de enviar tudo por uma medida provisória, o que tornaria os efeitos do possível acordo imediatos, embora ele diga que tal decisão caberá ao presidente Lula. De qualquer forma, essa será a chance de conhecermos o que seria enviado para nossa carreira e lutarmos por avançar nessa proposta. Continuamos na luta e temos de estar muito atentos e mobilizados para garantirmos nossos interesses.

Nosso jornal traz uma proposta para dar conta dessas prioridades: duas capas. Um arranjo de momento para garantir a devida importância aos dois pontos e uma forma de tentar inovar no nosso formato. Esperamos que aprovem. Boa leitura a todos.

ESPAÇO UNIFOC

Essa foi boa - conta outra!

por Antonio Humberto da Costa

Diretor Geral da União dos Aposentados da Fundação Oswaldo Cruz (Unifoc)

Em reunião com todos os representantes das categorias de servidores públicos federais - que tinham sido contempladas em acordo de reajuste salarial e, também, aquelas que não estavam (nosso caso) - o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, foi enfático ao afirmar que não haverá reajuste salarial para nenhuma categoria civil este ano. Ele afirmou, ainda, que o Governo pretende enviar um Projeto de Lei (ou Medida Provisória) somente após a realização das eleições no segundo turno.

Ora, todos nós sabemos - não precisa nem ser um PhD - para saber que, após as eleições, teremos novo Governo e um Congresso renovado em, no mínimo, 3/5 da atual legislatura. E como dizia aquele espertalhão: “... Senhor Vigário, esse aí são outros quinhentos, depois o senhor paga...”.

Não precisava ser nenhum expert para saber que, desde o início do ano, em momento algum o Governo demonstrou interesse em conceder reajuste salarial a ninguém; e, especificamente, para nós, da Fiocruz, que sempre sonhamos e acreditamos em milagres.

Enquanto o religioso acredita nas suas convicções de fé; o ateu, dentro de seus princípios, apenas diz: “... o impossível demora um pouco, já o milagre não sabemos fazer”.

EXPEDIENTE

■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA ASFOC - SINDICATO NACIONAL** (E-mail: secretaria@asfoc.fiocruz.br) • Paulo César de Castro Ribeiro - *Presidente* • Paulo Henrique Scrivano Garrido - *Vice-Presidente* • Alcimar Pereira Batista - *Diretor de Administração e Finanças* • Gilberto Lessa - *Diretor Secretário-Geral* • Jorge Santos da Hora - *Diretor de Legislação e Assuntos Jurídicos* • Roberto Lopes - *Diretor de Esportes* • João Carlos B. R. de Freitas - *Diretor Social e de Cultura* • Adriano De Lavor - *Diretor de Comunicação* • Wladimir Gomes de Melo - *Diretor de Articulação Regional* ■ **SUPLENTES** • Daniel Daipert Garcia • Carlos Augusto de Andrade Meirelles • José Leonídio Madureira de Souza Santos • Rita Regina Guimarães • Paulo Henrique da Costa Ferreira ■ **CONSELHO FISCAL** • Marilene Fragas Costa - *Presidente* • Nilton Francisco da Silva • Nilton Francisco da Silva - *Secretário* • Júlio César Miguel • Lucio José de Oliveira • Alexandre Silva Muniz

■ **DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO** (Tel.: 21 2598-4231 Ramal 211 /E-mail: jornalismo@asfoc.fiocruz.br) ■ **Gerência de Comunicação** • Jesuan Xavier ■ **Equipe** • Fernando Taylor e Mario Cesar ■ **Fotografia** • Jesuan Xavier • Fernando Taylor • Mario Cesar ■ **Divulgação** • Jorge Vieira ■ **Impressão** • Wal Print Gráfica e Editora ■ **Programação Visual** • F.Tavares

CONTATOS ASFOC-SN

■ **SEDE DA ASFOC-SN** (AV.BRASIL, 4.365 - RJ - CEP 21040-360) ■ **Secretaria** - 2598-4231 ■ **Jornalismo** - 2598-4231 (R. 211) ■ **Odontologia** - 2598-4333 ■ **Jurídico** - 2598-4231 (R. 214) ■ **Seguros** - 2598-4231 (R.218) ■ **Salão de Beleza** - 2598-4231 (R.223) ■ **Restaurante** - 3885-3890 ■ **REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DA ASFOC-SN: Pernambuco** - (81) 3454-4501 ■ **Minas Gerais** - (31) 3349-7710 ■ **Distrito Federal** - (61) 3340-0340 ■ **Bahia** - (71) 3356-6583 ■ **Amazonas** - (92) 3621-2397

Você sabe o que está sendo proposto para a Fiocruz e para o seu futuro?

A pergunta, espalhada em faixas no Campus da Fiocruz e em milhares de panfletos distribuídos pela Asfoc-SN nos últimos dias, tem como principal objetivo instigar os servidores da Fundação Oswaldo Cruz a participar das discussões pré-Congresso Interno, que acontecerá entre os dias 30 de agosto e 3 de setembro.

Numa das reuniões semanais que estão sendo organizadas pelo Sindicato para debater o assunto, no dia 7 de julho, os trabalhadores se propuseram a responder sobre “Qual a Fiocruz que queremos?”.

Entre diversas opiniões, apenas um consenso: de que o modelo proposto no documento “A Fiocruz como instituição estratégica de Estado para a saúde”, tornado público em 17 de maio, vai contra a Missão central da Fundação.

“Privilegiar apenas a produção, o avanço tecnológico em áreas de ponta e condicionar o desenvolvimento de outros segmentos da Fiocruz a uma lógica de financiamento por demanda colocam em risco o enfrentamento das mazelas que afetam a população mais pobre. Os interesses de mercado, no nosso caso capitaneado, por exemplo, pela indústria farmacêutica, são profundamente contraditórios com os da nossa Missão”, ponderou o presidente da Asfoc, Paulo César de Castro Ribeiro.

Logo no primeiro Grupão do Sindicato (reunião ampliada de diretoria), no dia 23 de junho, foi criada uma Comissão de servidores para elaborar uma proposta alternativa, colhendo sugestões e acatando as contribuições dos debates propostos pela Asfoc. Até o fim de julho, o Sindicato divulgará amplamente o documento aos trabalhadores da Fiocruz.

Além do viés econômico que aparece recorrentemente no texto apreciado pelo Conselho Deliberativo em 29 de abril, os servidores demonstraram grande preocupação com o alto grau de flexibilização pretendido para as contratações de novos funcionários, de serviços e aquisição de bens e material.

“Quem vai regular a Fiocruz?”, esta foi uma das perguntas que apareceram com frequência nos debates até agora. Na visão da Asfoc, a Lei de Licitações (8.666/93) tem seus problemas, sim, mas os trabalhadores acreditam que a metade das questões colocadas no documento pode ser resolvida com

um melhor planejamento.

Tanta flexibilização também chamou a atenção de especialistas durante o II Congresso Brasileiro de Controle Público, no fim do ano passado, em Salvador. Na ocasião, interpelado pelos diretores da Asfoc, o consultor-geral da União, Ronaldo Jorge Araújo Vieira Júnior, afirmou que, no Brasil, sempre que se percebe um problema gerencial pensa-se em alterar uma lei. “Tenho preocupação de que se busque uma flexibilização tamanha que, no final das contas, acabará atrapalhando ainda mais o gerenciamento”, afirmou ele.

O assunto foi tema de debate na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNC-TI), que aconteceu entre os dias 26 e 28 de maio deste ano, em Brasília. Na ocasião, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) sugeriu ao governo federal que editasse uma Medida Provisória específica para a área de C&T, estabelecendo um regime jurídico especial para licitações e contratos para as instituições integrantes do sistema nacional da ciência e tecnologia. “O debate realmente precisa ser feito, pois é possível se buscar soluções conjuntas para problemas que afetam várias instituições afins. Não precisamos virar uma empresa para isso”, frisou Paulão.

Ele também acredita que grande parte das questões colocadas no documento referência do VI Congresso Interno pode ser resolvida com o aperfeiçoamento do modelo existente e uma maior responsabilização de nossos dirigentes e servidores. Para ele, o papel cumprido pelos órgãos de controle é essencial para garantir o bom uso da verba pública e os interesses da sociedade. “Embora devamos sempre discutir os seus limites de atuação, os órgãos de controle visam evitar que desvios éticos e legais ocorram. Não podemos achar que problemas de apropriação do público por interesses privados, que sempre existiram e são inerentes ao sistema capitalista, simplesmente não ocorrerão mais”.

Nos Grupões, os trabalhadores consideraram que o modelo proposto tem um problema conceitual e incompatível com o Sistema Único de Saúde (SUS). Na Missão Fiocruz está escrito que precisamos desenvolver atividades para fortalecer e desenvolver o SUS. Mas se viramos uma empresa, teremos que concorrer com o mercado. E nós sabemos muito bem que a Fiocruz se tornou o que é, reconhecida nacionalmente e internacionalmente, por desempenhar um papel estratégico para a saúde pública.

O vice-presidente da Asfoc, Paulo Garrido, teme pelo futuro do Plano Próprio de Carreiras da Fiocruz, recentemente conquistado pelos trabalhadores. “Como empresa estatal, a contratação será de celetistas. Na prática, nossa atual carreira, sob a legislação do Regime Jurídico Único, estará fadada à extinção”.

Ele ressaltou ainda que na construção do Plano de Carreiras, aprovado por unanimidade na plenária extraordinária do V Congresso Interno, pensou-se na equalização de salários e de tratamento a servidores que realizavam as mesmas funções. “A mudança proposta trará exatamente o contrário: a contratação de celetistas, com remunerações que podem ser diferenciadas”.

Outro ponto muito debatido nos Grupões foi a aparente contradição entre as visões da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República e o documento sugerido. No texto é dito que as mudanças propostas atendem à demanda da SAE. No entanto, basta uma rápida pesquisada no site da Secretaria (www.sae.gov.br/brasil2022) para perceber que há pouca convergência de opinião. Ao contrário do que aparece várias vezes no documento, embora a Saúde tenha também um papel no desenvolvimento econômico devido à gama de recursos que movimenta, seu foco se dá aos males que atingem a população mais pobre e no enfrentamento das desigualdades sociais.

Continua na página seguinte.



É pura falácia dizer que a transformação em Empresa Pública tornará mais fácil a vida do gestor em relação aos entraves da Lei 8.666.

Valter Endres

Outra questão que chamou bastante a atenção dos trabalhadores em todos os debates da Asfoc foi a forma como as doenças são tratadas. A saúde, a fome, a pobreza e o envelhecimento são vistos com uma grande oportunidade para que a Fiocruz amplie sua atuação. Esse tipo de abordagem é típico do planejamento das grandes empresas que, por buscarem os nichos onde podem expandir suas taxas de lucro, encaram tais situações como oportunidade.

No dia 22 de junho, durante o seminário “SUS, desafios, perspectivas e o papel da Fiocruz”, promovido pela Fundação, Paulão, ao lamentar a ausência do presidente do Conselho Nacional de Saúde no debate, Francisco Batista Júnior, criticou o fato de, em alguns momentos, os gestores estarem voltados apenas para o próprio umbigo. “Nós, gestores, temos uma visão do sistema porque estamos dentro dele, na sua organização e na execução, o que é importante. Mas fico com a sensação de que estamos buscando as respostas com pouca participação dos usuários. Embora tenhamos grande capacidade de articular e de propor, isso não pode acontecer sem uma participação direta de quem utiliza o sistema. Quem vive do SUS é o usuário. O controle social e a gestão participativa devem ser fortalecidos”.

O palestrante Helvécio Magalhães, secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Informação de Belo Horizonte, concordou com Paulão. “Temos que reconfigurar, resignificar o jeito de participar. Não é fácil ter o olhar de um outro. Do ponto de vista do sistema muito menos! Temos que requalificar esse processo sem dúvida nenhuma, ter novos formatos. Concordo com você: o usuário tem de ter voz!”, acrescentou.

Em 14 de julho, no seminário “Saúde, desenvolvimento e o papel da Fiocruz”, no auditório da Ensp, o vice-presidente de Produção e Inovação em Saúde da Fiocruz, Carlos Gadelha,

tentou minimizar as críticas do Sindicato em relação ao viés econômico: “São duas dimensões que têm que ser tratadas de forma completamente integradas”, afirmou.

Paulão voltou a criticar o caráter econômico do documento-base. “Se essa era realmente a visão intencionada, o documento do Congresso precisava trazer isso escrito. Para nós, trabalhadores, transparece o social subordinado ao econômico”.

Durante o debate, Carlos Gadelha reconheceu a complexidade e os riscos da relação com o mercado. “A relação com o mercado é outra encenação, mas eu quero lembrar que esse auditório está cheio de relação com o mercado”, justificou ele, apontando para a garrafa de água, as cadeiras, o vestuário e os computadores.

No seminário “Alternativas de modelos de gestão na administração pública e desafios na gestão do trabalho – perspectiva Fiocruz”, realizado no dia 15 de julho, o vice-presidente da Asfoc-SN, Paulo Garrido, perguntou ao palestrante Luiz Arnaldo Pereira Júnior se no modelo composto de autarquia especial e empresa estatal subsidiária haveria a coexistência da fundação autárquica (Fiocruz), da subsidiária, da Fundação de Apoio (Fiotec) e das terceirizações.

Em uma de suas respostas ele deixou claro que vai acontecer essa coexistência e que no seu entender as fundações de apoio cumprem um papel importante para as instituições. O palestrante, consultor do Ministério do Planejamento, afirmou também que “a coexistência de um ou mais modelos não significa, na prática, falar de duas organizações: é uma única organização e cada parte com naturezas distintas. Não há quebra de organização, de diretriz, de unicidade”.

Na visão da Asfoc, tal posição deixa clara uma contradição presente no documento de referência do Congresso, que afirma que, no modelo de empresa estatal “especial”, a Fiocruz extinguiria o Fiotec, pois teria no novo modelo jurídico toda flexibilidade necessária para sua gestão.

Falácia

É pura falácia dizer que a transformação em Empresa Pública tornará mais fácil a vida do gestor em relação aos entraves da Lei 8.666. A afirmação foi feita pelo presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf), Valter Endres, durante Grupão (reunião ampliada de diretoria), no dia 15 de julho, na Dirac.

O dirigente sindical foi convidado para explicar sobre a Embrapa, que vive a realidade de ser uma empresa pública. “Apesar de sermos empresa, estamos sob as mesmas regras que estabelecem normas gerais sobre licitações e contratos da administração pública, com todos os seus problemas. Não questiono a lei, ela é extremamente importante para o setor público como um todo, mas poderíamos pensar em alterar aspectos nela para destravarmos alguns nós.”

Provocado pela plateia, que lotou o auditório, Endres também criticou duramente as fundações

de apoio, mais uma das similaridades com a Fiocruz. “Lá também temos esse câncer”.

Outro ponto abordado pelo sindicalista foi sobre a gestão orçamentária e financeira na instituição. Segundo ele, a Embrapa não possui contrato de gestão que permita um orçamento plurianual e, assim como a Fiocruz, precisa respeitar o ano fiscal de janeiro a dezembro. “No fim do ano temos de correr para garantir o empenho de tudo para não devolvermos orçamento.”

Ele também desmistificou questões como isenção fiscal para empresa pública e flexibilização no número de vagas. “Não há incentivos fiscais, pois recolhemos os impostos normalmente. Além disso, a Embrapa tem um número de empregados fechados (9.985). Não podemos abrir novas vagas sem autorização do Dest (Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais), que é vinculado ao Ministério do Planejamento”.

Questionado sobre o patamar salarial da Embrapa, Valter Endres afirmou que os valores no topo da carreira, com doutorado, estão na ordem de R\$ 13 mil. Além disso, ele disse que nos últimos anos houve uma política de equiparação salarial com outras carreiras da área de Ciência e Tecnologia e que a Fiocruz é uma das referências na hora das negociações. A autorização para que os aumentos sejam concedidos também passa pelo Dest.

Perguntado sobre como via a possibilidade da Fiocruz passar a ter dois tipos de contratos na instituição (celetista e RJU), Endres foi incisivo. “Se houver uma cisão, será um Deus me acuda. Não há na legislação, nem no entendimento dos tribunais, de que um mesmo sindicato possa representar os dois tipos de trabalhadores. Sempre terão de existir dois sindicatos, um para empregado público e outro para servidor”, completou.

Alterações e delegados

Além da proposta alternativa que está sendo construída pela comissão que trabalha desde o Grupão do dia 23 de junho - e que será divulgada até o fim de julho -, os trabalhadores devem ficar atentos às discussões que já ocorrem nas Unidades - ou cobrar de suas direções para que organizem debates para discutir o texto “A Fiocruz como instituição estratégica de Estado para a saúde”.

De acordo com o calendário do VI Congresso Interno, a versão final do documento-base será divulgada entre os dias 2 e 6 de agosto, com as contribuições formais que virão dessas reuniões nas Unidades até o fim de julho.

Após novos debates, as Unidades elegerão democraticamente os seus delegados (entre 9 e 13 de agosto). “Não tem de haver necessariamente proposta única da Unidade. Os servidores podem ter posições diferentes, mas isso deve ficar claro na hora em que forem eleitos. É muito importante a participação do servidor nessa eleição, pois são os delegados que têm direito a voz e voto na plenária final do Congresso, marcada para a semana do dia 30 de agosto”, completou o presidente da Asfoc, Paulo César de Castro Ribeiro.

Campo de futebol ganhará nova iluminação

Fiocruz irresistível no II Saudando a Saúde de Futsal

As notícias no campo esportivo da Asfoc-SN são excelentes. A principal é a instalação da nova iluminação no campo de futebol, uma das mais antigas demandas dos atletas. Com previsão de entrega para o fim de agosto, uma ampla reforma será feita nas torres, com substituição dos refletores e da fiação elétrica.

Além disso, o telhado de amianto da quadra de Esportes Jorge Careli foi totalmente substituído por um revestimento com isolamento termoaústico. A reforma do piso da quadra e a pintura das paredes do local estão previstas para começar em setembro.

FUTSAL - Após o fracasso da Seleção Brasileira na Copa do Mundo da África do Sul, as atenções se voltam para outra competição, o II Saudando a Saúde de Futsal, do Ministério da Saúde. Estreando no campeonato, o destaque na disputa é a Asfoc/Fiocruz. Na categoria Amador, o time se classificou para as quartas de finais com 100% de aproveitamento (3 vitórias), enquanto na Veteranos a equipe já está nas semifinais.

O próximo jogo do Amador será no dia 23 de julho e seu adversário na próxima fase ainda não está definido. As semifinais e final serão disputadas em 14 de agosto. Todas as partidas são realizadas na Associação Atlética Tijuca (Rua Barão de Mesquita, 149, Tijuca).

Veteranos da Asfoc\Fiocruz (foto acima) se classificaram para as semifinais do II Saudando a Saúde de Futsal. O Amador (ao lado) venceu todos os jogos da primeira fase da competição



Fotos: Divulgação site Sigoi



FUTEBOL MASTER

Como marco comemorativo do segundo ano do futebol Master, o Departamento de Esportes da Asfoc-SN confeccionou novos coletes para os atletas. O nome da pelada, "Tropeça na Formiga", e a arte da camisa foram sugeridos pelos próprios jogadores numa divertida eleição.

O futebol Master, exclusivo para pessoas com mais de 35 anos, tem reunido, em média, 50 praticantes todas as terças-feiras. Para participar é preciso ser associado e estar em dia com a mensalidade e o atestado médico.



Fotos: Mário César e Jesuan Xavier

Trabalhadores comemoram Dia do Trabalhador e Festa Junina

Os trabalhadores da Fiocruz tomaram a “pista de dança” ao lado da sede da Asfoc-SN para celebrar o Dia do Trabalhador. A comemoração do 1º de Maio contou com a musicalidade feminina da banda de MPB Orquestra Lunar, grupo formado apenas por mulheres. Durante a festa, o trio de funk “Os arrasadores”, da comunidade da Maré, fez uma pequena apresentação e levou a plateia até o chão.

Na abertura do evento, o presidente do Sindicato, Paulo César de Castro Ribeiro, parabenizou os trabalhadores pelos serviços prestados à Fundação Oswaldo Cruz. “A Fiocruz se tornou uma grande instituição, é o que é, porque nós fizemos a nossa parte, cumprimos nosso papel, levando para a população e para a sociedade aquilo que é de interesse dela: qualidade de vida, dignidade e direitos”, frisou.

No dia 11 de junho, o “Arraiá du Oswárdu” invadiu o campo (de futebol) e reuniu centenas de compadres e comadres para comemorar o São João. Nem mesmo a chuva persistente durante toda a noite foi capaz de esfriar o ânimo (e o coração) dos “caipiras”. Ao som do “Maçarico e sua gente”, a tradicional quadrilha “invadiu a roça” para dançar o autêntico forró pé de serra.

Para recuperar o fôlego e a energia, os convidados se fartaram com as inúmeras barraquinhas de comidas típicas. No cardápio uma infinidade de delícias: canjica, milho cozido, bolo de aipim, queijo coalho, salsichão, churrasquinho, cocada, maçã do amor, pudim de tapioca, de coco e de leite, batidas dos mais variados sabores etc. Já a gurizada fez a festa a cada queda no touro mecânico e comemorou cada prenda nova adquirida na pescaria.



Governo rompe com servidores

Asfoc segue na Mesa



O clima ficou bastante tenso na reunião entre representantes dos servidores federais e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ocorrida no último dia 8 de julho, em Brasília. E não era para menos. Na pauta do encontro, as explicações (?) para a não emissão de um Projeto de Lei contendo as propostas de reestruturação de diversas carreiras do serviço público.

Foto: Fernando Taylor

Desde o ano passado, o governo abriu uma série de negociações com os trabalhadores para discutir o assunto. Ao longo de vários meses, a direção da Asfoc-SN participou de incontáveis reuniões com a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento tentando fechar importantes pontos que estariam no PL que precisava ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 3 de julho passado.

No entanto, de forma equivocada e absurda, o governo simplesmente ignorou, não só o processo que vinha sendo travado com os trabalhadores da Fiocruz, mas como com outros milhares de servidores, e resolveu não enviar o PL.

Como justificativa principal, o ministro alegou que sofreu nos últimos dias uma pressão muito grande de alguns segmentos. Segundo ele, determinadas categorias queriam incorporar nos acordos reajustes que gerariam um impacto extremamente alto no orçamento da União. Desta forma, seria necessário abrir as negociações com esses servidores, o que enfraqueceria a posição do Planejamento sobre não conceder reestruturação ou reajustes com altos impactos orçamentários.

Outra questão, colocada por Paulo Bernardo na reunião, foi de que os representantes não tiveram capacidade de fechar os acordos com antecedência suficiente para que a Casa Civil pudesse fazer os ajustes necessários no texto do PL. “Se tivéssemos concluído o processo dois meses antes, teríamos enviado”, afirmou.

Por conta disso, e sem exceção, o ministro recebeu críticas pesadíssimas das direções dos sindicatos ali representados. Na visão dos sindicalistas, a responsabilidade pela não conclusão das negociações é inteiramente da SRH, que

durante todo o processo tentou impor sua posição aos representantes das categorias e interrompeu as negociações, alegando motivos variados.

Na Assembleia Geral da Asfoc, em 13 de julho, o presidente Paulo César de Castro Ribeiro lembrou a quantidade de vezes que isso ocorreu com o Sindicato, com justificativas incoerentes, e que os trabalhadores da Fiocruz tiveram de apelar para o direito de greve para conseguir reabrir o diálogo. “Nossas propostas estão na Mesa desde o ano passado e, mais especificamente, sobre a compensação sobre a insalubridade, desde fevereiro. Apesar de inúmeras promessas, até hoje nunca vimos a (contraproposta) do governo”, criticou Paulão.

Na reunião, o ministro e o secretário de Recursos Humanos, Duvanier Piva Ferreira, disseram que elaborariam um Memorial e uma carta compromisso para o próximo governo. Pressionados pela Asfoc e outras entidades, Paulo Bernardo falou que, apesar de ser um ano eleitoral, ainda existe uma janela legislativa para o envio de um PL com as propostas dos servidores após as eleições de outubro. Segundo ele, foi o presidente Lula quem decidiu enviar o projeto apenas depois de conversar com o candidato eleito em outubro.

Paulo Bernardo garantiu aos presentes que fará reuniões com todas as categorias para divulgar o conteúdo das propostas do governo - a primeira marcada com a Asfoc seria no dia 22 de julho.

Paulão reforçou a proposta de que pelo menos o governo as envie por Medida Provisória, em virtude da tramitação bem mais lenta de um Projeto de Lei. O ministro não quis assumir esse compromisso, mas disse que essa era uma alternativa viável.

Após o encontro, o Sindicato começou a articular com os representantes das entidades ações conjuntas para garantir o envio da MP ainda em 2010.

ASFOC-SN

PL

Governo rasga compromisso com servidores

PL

**Projeto de Lei da reestruturação
de carreiras não é enviado**